

Reportagem Especial

FRED LOUREIRO/SECOM-ES

LAMA NO ENCONTRO do Rio Doce com o mar, em Regência, Linhares

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Lama no rio até o fim de janeiro

Essa é a previsão para que obra impeça que rejeitos da barragem da Samarco continuem caindo no Rio Doce, em Mariana, Minas

A lama dos rejeitos de mineração da Samarco só deve parar de chegar ao Rio Doce no fim de janeiro, quando a empresa deverá concluir as obras para filtrar a água dos rios próximos ao local do rompimento de uma das barragens da mineradora.

O plano de contenção foi entregue no início da noite de ontem pela empresa ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais.

Segundo informou o coordenador de Atendimento a Emergências Ambientais do Ibama, Marcelo Amorim, a obra consiste na construção de filtros, que deverão reter o material que ainda está depositado nas margens, entre Bento Rodrigues e a Usina Hidrelétrica

de Candonga, em Minas Gerais.

“A parte mais densa da lama está em Linhares. Isso já passou. Porém, ainda há muita lama depositada nas margens dos rios, como o Gualaxo e o do Carmo, que abastecem o Doce. Quando chove, essa lama é levada ao leito do rio e a água volta a ter elevação de turbidez. Enquanto a obra não for feita, as chuvas vão levar esse material.”

Segundo Amorim, o plano prevê que o material fique retido nos filtros, conhecidos como geotêxtil, e depois bombeados para ecobags, uma espécie de reservatório utilizado para depositar esses rejeitos.

Ele, no entanto, afirmou que não é possível prever quando a água mais barrenta vai parar de descer pelo rio.

Amorim explicou ainda que a parte mais densa foi diluída pelas barragens de hidrelétricas. Na região de Mariana, a água estava com 250 mil NTU (unidade de medição de turbidez). Com a diluição em barragens, ela está variando entre 6 e 8 mil NTU. Segundo resolução do Conama, o ideal para tratamento é até mil NTU.

Ele afirmou, no entanto, que mesmo com essa turbidez mais



AGÊNCIA ESTADO - 17/11/2015

RIO DOCE, em Minas: sedimentos

baixa, com as chuvas, a tendência é que o abastecimento de água nas cidades que dependem do Rio Doce continue sendo prejudicado.

“Com as chuvas, o rio eleva a turbidez naturalmente. Normalmente, era elevado para valores até 4 mil NTU. Mas, com a junção dos rejeitos de minério de ferro, serão mais sedimentos na água, o que dificulta ainda mais o tratamento.”

Força da maré mantém mancha próxima à foz

A lama que atingiu a foz do Rio Doce na tarde de sábado passado está se mantendo na região próxima à foz por causa da maré e do regime de ventos observados nos últimos dias.

O analista ambiental do Iema, Pablo Prata, explicou que o rio só consegue jogar a lama para o mar durante seis horas por dia.

“Temos duas marés cheias por dia. Só na vazante que essa lama sai de dentro do rio, já que a vazão dele está mínima. Então, em um período de 24 horas, temos somente seis horas de água saindo continuamente pela foz do Rio

Doce. Esperamos que essa lama tenda a ficar estagnada por um tempo e saia muito lentamente. Vai depender da vazão dos rios, pois pode voltar a chover”, frisou ele durante a audiência pública realizada ontem na Justiça Federal.

Segundo explicou o secretário de Meio Ambiente de Linhares, Rodrigo Paneto, a extensão da mancha até se reduziu de ontem para hoje. “Com a mudança do regime de ventos, ela acabou ficando estacionada na saída da foz do rio, até com uma redução na área.”

O superintendente do Ibama no Espírito Santo, Guanadir Gonçalves, destacou que estudos vão apontar os impactos causados ao ambiente marinho.

“A dispersão vai depender muito da maré. Se acreditava que iria mais ao sul, mas por causa dos ventos foi para o norte. A vazão do rio também é um fator importante, pois está baixa e pode aumentar com as chuvas previstas para este mês.”

“Em um período de 24h, temos só seis horas de água saindo continuamente pela foz do Rio Doce”

Pablo Prata, analista ambiental do Iema

SAIBA MAIS



Lama no mar

> OS REJEITOS de mineração chegaram no último sábado à foz do Rio Doce. Porém, a lama ainda não se misturou com a água do mar.

> A PREVISÃO INICIAL era de que a lama atingisse um raio de 9 quilômetros a partir da foz. O movimento da lama está sendo guiado pelo vento, maré e força das ondas.

VAZÃO NO RIO DOCE

Litros por segundo

422 mil

Ontem

100 mil

Outubro

Histórico da lama 50 bilhões de litros de rejeitos de minério de ferro foram despejados da barragem da Samarco, em Mariana (MG). A barragem rompeu no último dia 5.

FILTROS

> OS REJEITOS ainda estão na margem dos rios em uma extensão de aproximadamente 70 km. Essa lama está sendo levada ao Rio Doce pelas chuvas.

> UM DIQUE DE FILTRAÇÃO, feito com o geotêxtil, deve ser construído, mas a obra deve ser concluída só no fim de janeiro. O material é utilizado em obras, como as de drenagem, para reter partículas.

> O FILTRO irá reter a lama. De-

pois de acumulada, ela será bombeada para ecobags, uma espécie de reservatório. Após isso, uma nova destinação será dada ao material.

> O PLANO foi entregue ontem ao Ibama e à Secretaria de Meio Ambiente de Minas. Previsão da empresa é que no fim de janeiro as obras sejam concluídas.

> O PLANO DE CONTENÇÃO ainda precisa da aprovação dos órgãos ambientais.

Reportagem Especial

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Colatina suspende captação de água

Menos de 48 horas após seu restabelecimento, a captação de água no Rio Doce, em Colatina, voltou a ser interrompida. Novas análises indicaram aumento da turbidez na água, e os 122 mil habitantes da cidade voltaram a conviver com as torneiras secas.

A captação foi interrompida às 22h30 da última segunda-feira, quando exames do Serviço Colatino de Saneamento Ambiental (Sanear) comprovaram que a água estava mais turva devido às chuvas em Minas Gerais. Não há previsão para a retomada da captação.

“As análises são feitas de hora em hora e, na noite de segunda, foi indicado que a turbidez estava acima do normal, mas sem contaminação”, disse o engenheiro químico do Sanear, Artur Batista Ferreira.

O primeiro corte no fornecimento de água ocorreu no último dia 18, quando os rejeitos que vazaram das barragens da Samarco atingiram a cidade pelo Rio Doce.

Desde então, Corpo de Bombeiros, Exército e defesas civis municipal e estadual montaram um plano emergencial que já distribuiu

mais de 100 mil litros de água à população de Colatina.

Mesmo assim, diversos tumultos foram registrados por conta da falta de água. Ontem, moradores dos bairros Colatina Velha e IBC fecharam totalmente o tráfego na avenida Senador Moacyr Dalla, que dá acesso à BR-259, das 17h às 18h30. Eles pediam a instalação de um reservatório nos locais.

O retorno da água às torneiras é a esperança para moradores como Joselito Santos Medina, que já enfrenta dificuldades por estar desempregado. “Depois de três anos em Colatina, penso em me mudar. Além do desemprego, é difícil ter de lidar com a falta de água”, lamentou.

APREENSÃO

A Justiça determinou, após ação de busca e apreensão apresentada pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), que todos os laudos de análise da água do Rio Doce sejam apreendidos. Segundo o órgão, o Sanear se recusa a fornecer os laudos e há indícios de que a água contém manganês, um metal que em excesso é tóxico.



JOSELITO MEDINA à beira do Rio Doce, em Colatina. Ele pensa em se mudar, pois é difícil lidar com a falta de água

PROTESTOS



MORADORES dos bairros Colatina Velha e IBC protestaram por 1h30 na tarde de ontem. Eles queimaram pneus e pedaços de móveis pedindo a instalação de reservatórios.



GRUPO de pescadores realizou uma manifestação contra a Samarco ontem, em Linhares. Eles querem que a mineradora banque salários de pescadores após período de defeso.



CAPTAÇÃO de água no Rio Doce foi suspensa por tempo indeterminado

Pescadores entram com pedido de indenização

A Federação das Colônias e Associações dos Pescadores e Aquicultores do Estado (Fecopes) entrou com uma ação coletiva contra a Samarco. A instituição cobra da empresa o pagamento de indenização a cerca de três mil pescadores que dependem da pesca no Rio Doce.

A ação foi impetrada na 2ª Vara Cível de Linhares. O valor solicitado pelos pescadores é de, no mínimo R\$ 788, o equivalente a um salário mínimo. A federação espera atender a cada um dos integrantes das colônias capixabas existentes no Rio Doce até a foz, em Linhares.

A ação coletiva também pede ressarcimento à mineradora por conta dos danos morais sofridos pelos pescadores.

“A lama acabou com a fauna do Rio Doce e os pescadores foram diretamente prejudicados. Pedimos que a Samarco deposite o valor em 30 dias, a contar da distribuição da

liminar, sob pena de pagamento de multa diária a ser fixada pelo juiz”, explicou o advogado Leonardo Amarante.

Em entrevista à Agência Brasil, o advogado afirmou que o rendimento mensal dos pescadores é de R\$ 2.500, em média, e que o pedido de ressarcimento mais baixo visa atender a uma situação emergencial.

“O que a gente espera é que tenha essa garantia mínima. Eles ganham mais, e a perspectiva é muito ruim. A situação é dramática”, disse Amarante em entrevista.

Procurada por A Tribuna, a Samarco não se manifestou até o fechamento desta edição. À Agência Brasil, no entanto, a mineradora afirmou que “está em constante negociação com autoridades públicas competentes para tratar da melhor solução em relação às famílias atingidas que vivem às margens do Rio Doce”.

Protesto e peixes mortos em praia

Pescadores protestaram, na manhã de ontem, no centro de Linhares, pedindo punição à Samarco pelo acidente que encheu de lama o Rio Doce e parte do litoral do Estado, deixando peixes mortos.

Segundo o presidente da Colônia de Pesca, Milton Jorge, o objetivo foi chamar a atenção da empresa, que não se reuniu com a categoria para apresentar propostas após o rompimento da barragem em Minas e a contaminação do rio.

“Queremos que a Samarco se responsabilize pelos salários dos

“Estamos preocupados com as aves pesqueiras da região. Duas foram encontradas mortas”

Jacques Passamani, analista ambiental

trabalhadores. Estamos fazendo o levantamento sobre o número de profissionais e, até o próximo dia 15, queremos entrar com a ação.”

A preocupação não é só dos pes-

cadores. O analista ambiental do Ibama, Jacques Passamani, falou ontem sobre os possíveis impactos da chegada da lama ao mar durante audiência pública na sede da Justiça Federal, em Vitória.

Segundo ele, há ameaças à produção de camarão da região próxima à foz do Rio Doce.

“Além disso, estamos preocupados com as aves pesqueiras da região. Duas foram encontradas mortas. Queremos que a Samarco contrate um ornitólogo – especialista em aves – para estudar o impacto nas aves também.”

A chegada da lama ao litoral já afugenta os surfistas. “Eu coloquei a água na boca e ela estava meio esquisita, como se estivesse com um pozinho”, descreve Alexandre Cavalcanti, 40, morador de Regência.

O grupo reduzido de surfistas tirou fotos para, por meio de um site criado no vilarejo, levar a mensagem a grandes nomes do esporte em todo o País.

Nas redes sociais, praticantes lamentaram a chegada da lama à praia de Regência. “Difícil ver essa cena. Essa lama tóxica de Mariana invadindo Regência, um paraíso que tive o prazer de conhecer”, escreveu o surfista Pedro Scooby.



PEIXES mortos tirados do mar em Linhares após chegada da lama ao mar

Reportagem Especial

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Plano era represas barrarem a lama

Mineradora terá de explicar à Justiça por que as hidrelétricas de Aimorés e Mascarenhas não detiveram os rejeitos de minério

A mineradora Samarco terá de explicar e apresentar documentos que comprovem que adotou medidas para utilizar as barragens das hidrelétricas de Aimorés, em Minas Gerais, e de Mascarenhas, em Baixo Guandu, para conter parte dos rejeitos de minério.

Antes da lama chegar às hidrelétricas, o plano era de que as barragens seriam utilizadas para reter e represar o material por um período. Isso faria com que desse tempo de parte dos rejeitos decantar e a lama ainda ser diluída antes da chegada ao Espírito Santo.

No entanto, os Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho cobraram da empresa os motivos que fizeram com que essas medidas não fossem adotadas.

A cobrança e o prazo, até segunda-feira, para que a empresa apresente a documentação foi uma das ações resultadas de mais de quatro

horas de audiência pública que aconteceu na sede da Justiça Federal, durante a tarde de ontem.

Determinada na última sexta pelo juiz federal Rodrigo Reiff Botelho, a audiência pública teve a presença de representantes dos Ministérios Públicos, Samarco, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Durante a audiência, representantes da Samarco explicaram as ações que foram e estão sendo tomadas para minimizar impactos da chegada da lama ao mar. Outro acordo feito foi a criação de um site para que a Samarco divulgue em tempo real ações e informações do que está sendo feito pela empresa.

Uma nova reunião foi marcada para segunda-feira com os Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho para discutir um aditamento ao Termo de Compromisso entre os órgãos já firmados.

“Estamos fazendo um novo aditivo que vai prever os impactos que não foram contemplados no primeiro termo. Entre as questões que serão abordadas estão a renda mínima para pescadores e a criação do fundo”, disse a procuradora da República, Walquiria Picoli.

Questionados sobre a não utilização das barragens das hidrelétricas, representantes da Samarco explicaram que existiam “impedimentos técnicos” para o seu uso. Também informaram que tentaram solução para acelerar a decantação na barragem, mas sem sucesso.



THIAGO COUTINHO/AT

AUDIÊNCIA PÚBLICA na Justiça Federal com representantes dos Ministérios Públicos, Samarco, Ibama, Iema e ICMBio



NILO TARDIN - 18/11/2015

PASSAGEM DA LAMA pela Represa de Mascarenhas, em Baixo Guandu

Samarco tem até amanhã para depositar 500 milhões

A mineradora Samarco tem até amanhã para depositar R\$ 500 milhões em conta-corrente destinada exclusivamente a gastos com medidas ambientais e sociais, conforme acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) e o Ministério Público Federal (MPF).

Um termo de compromisso preliminar foi assinado, no último dia 16, em Belo Horizonte (MG), com o MPF e a Samarco para o pagamento de uma caução socioambiental no valor de R\$ 1 bilhão.

Segundo o MP-MG, a primeira parte do montante, R\$ 500 milhões, deve ser paga dentro de 10 dias – o prazo se encerra amanhã.

O dinheiro vai garantir a execução de medidas preventivas emergenciais, de contenção de danos e para começar a solucionar problemas causados pelo rompimento da

barragem – considerado o maior acidente ambiental do País e um dos maiores do mundo no setor de mineração.

Quem vai gerir e aplicar esses recursos em ações é a própria Samarco, conforme o MP-MG. Uma auditoria indicada pelo Ministério Público vai produzir relatórios periódicos demonstrando os gastos.

A garantia para os outros R\$ 500 milhões deve ser apresentada em 30 dias, a contar a partir do último dia 16. Segundo o Ministério Público, essa garantia pode ser em forma de fiança bancária, e o valor começa ser usado ao fim do primeiro montante.

Este R\$ 1 bilhão, conforme o MP, não tem relação com as multas de R\$ 250 milhões aplicadas pelo Ibama e nem com os R\$ 300 milhões da Samarco bloqueados pela Justiça.

ENTENDA

Novas medidas em termo de compromisso

Decisão

> **NO ÚLTIMO DIA 11**, a Justiça Federal determinou que a mineradora Samarco apresentasse um plano de prevenção e contenção da lama em 24 horas. As ações deveriam ser cumpridas imediatamente, sob pena de multa de R\$ 10 milhões.

> **UM MINUTO** antes do prazo final, a Samarco protocolou petição informando as medidas já adotadas para proteger a região, cuja resposta foi considerada insuficiente pelo Ministério Público Federal.

Audiência pública

> **NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA**, o juiz federal Rodrigo Reiff Botelho determinou uma audiência pública para complementação do plano de medidas apresentado pela Samarco e esclareci-

mentos das ações até então realizadas.

> **DURANTE** a audiência pública, ontem, foram ouvidos os representantes da Samarco, dos Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho, além de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Resultados

> **APÓS OUVIR TODAS** as partes, foi marcada uma reunião entre representantes dos ministérios públicos, Samarco e órgãos ambientais para debater um complemento ao termo de compromisso já existente.

ELVIRA NASCIMENTO/REVISTA CAMINHOS GERAIS - 09/11/2015



PEIXES MORTOS no Rio Doce

> **O TERMO DE COMPROMISSO** inicialmente previa ações emergenciais antes da chegada da lama e para garantir o abastecimento humano. Agora, o objetivo é que ele contemple novas medidas, como a renda de pescadores, a criação de um fundo e pontos de monitoramento do mar.

> **OUTRA AÇÃO** consensual foi o comprometimento da Samarco em criar um site que será alimentado com informações em tempo real das medidas que estão sendo adotadas.

> **FOI DETERMINADO**, ainda, incremento no monitoramento feito e que os órgãos ambientais estreitem ainda mais o diálogo com Samarco e Ministérios Públicos.



REUTERS

MANCHA DE LAMA em Regência, litoral de Linhares: pontos de monitoramento do mar deverão ser incluídos em termo de compromisso



AGÊNCIA ESTADO - 15/11/2015

DISTRITO de Bento Rodrigues devastado após rompimento de barragem

ROMPIMENTO DE BARRAGEM

Empresa ignorou plano de emergência

MARIANA, MG

Um plano para monitorar 24 horas as barragens da Samarco e alertar os moradores de Mariana (MG) em situações de emergência foi encomendado pela mineradora em 2009, seis anos antes do rompimento que devastou a região e provocou um desastre ambiental que chegou ao litoral do Espírito Santo. Mas ele acabou engavetado — segundo a empresa responsável pelo documento, devido à crise econômica.

A falta de um plano de contingência adequado é apontada como um agravante da tragédia. Os planos de emergência entregues pela mineradora aos governos federal e de Minas não previam estratégia para avisar os moradores, na hipótese de rompimento das barragens, em desacordo com a lei.

A consultoria Rescue Training International (RTI), que atua há mais de 30 anos com programas de

segurança e que tem sede em Bragança Paulista (SP), revelou, porém, ter sido contratada pela Samarco em 2009 para preparar uma estratégia que serviria para todas as suas barragens.

O diretor da empresa, Randal Fonseca, disse que o plano apresentado à Samarco previa monitoramento das estruturas por meio de telemetria (processamento e transmissão de dados a distância) e visitas diárias de funcionários.

Um comitê técnico se reuniria mensalmente para emitir relatórios e planejar simulações com moradores da região e com funcionários. Todos os avisos de emergência seriam feitos por uma central de telecomunicações.

De acordo com Fonseca, as ações não foram cumpridas porque “alegaram que estavam com problema da crise”. “O plano foi parar na gaveta.”

Questionada, a Samarco não comentou sobre por que deixou de implantar esse plano completo. Disse apenas que teve seus planos aprovados por órgãos de fiscalização. “O plano foi cumprido pela Samarco, que prontamente mobilizou Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Prefeitura de Mariana”, diz a mineradora, que afirma ainda estar realizando ações de resgate e auxílio às vítimas do acidente.

“Quando se constrói uma barragem, se constrói uma emergência”

Randal Fonseca, diretor da consultoria Rescue Training International (RTI)



BARRAGEM da Samarco: governo de Minas investiga uso pela Vale

Vale utilizava a barragem

A Secretaria de Meio Ambiente (Semad) de Minas Gerais investiga o transporte de rejeitos de minério de ferro que vinha sendo feito pela Vale para a Barragem do Fundão, de propriedade da Samarco.

Uma regulamentação interna da Semad exige que o transporte seja informado e conste do licenciamento ambiental, cabendo punição por descumprimento.

O envio de rejeitos da Vale para Bento Rodrigues foi confirmado pela multinacional. Técnicos do governo de Minas analisam a documentação, cujos primeiros papéis datam de 1984. O levantamento deve ser concluído hoje.

Em nota, a Vale afirmou que o uso da barragem de rejeitos de Fundão era regido por contrato, que dava a Samarco como “res-

ponsável pela gestão, controle e operação dessa deposição”.

O texto diz também que o material enviado para Fundão vinha de Alegria, uma das minas locais da Vale. O total de rejeitos transportados pela empresa para a represa da Samarco seria de 5% do que era depositado anualmente na barragem.

Na segunda-feira, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Marcio Lacerda (PSDB), prefeito de Belo Horizonte, reuniu-se com representantes de 15 municípios atingidos pela lama. Além de compensações financeiras para as prefeituras, que perderam arrecadação com a paralisação de empresas que dependiam da água do Rio Doce, foi discutido ainda medidas de longo prazo, como a reconstrução de Bento Rodrigues.



BOMBEIROS nas buscas por vítimas da tragédia em Mariana: teria faltado estratégia para avisar moradores

Mineradora tem 72 horas para mostrar apólice de seguro

A Justiça do Espírito Santo deu 72 horas para que a mineradora Samarco apresente apólices de seguro para a cobertura dos prejuízos causados pelo rompimento da barragem da empresa no distrito de Bento Rodrigues (MG).

A decisão, em caráter liminar, é do juiz Menandro Taufner Gomes, da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Registros Públicos e Meio Ambiente de Colatina, no Norte do Estado, em ação do Ministério Público Estadual (MP-ES).

Para o magistrado, “o risco à não recuperação da biosfera é concreto e objetivo”.

O MP-ES alega, nos autos, que, “houve despejo de toneladas de rejeitos de minério de ferro na Baía do Rio Doce, formando uma ‘lama’ que destruiu, e ainda destrói, este ecossistema, sujeitando a danos difusos, coletivos e individuais homogêneos incalculáveis, todas as localidades cortadas pelo rio e seus afluentes”.

Em seu pedido, o órgão esclarece que a exibição das apólices de seguro seria para fins de conhecer e fiscalizar a noção das responsabilidades por parte da mineradora.

Para o juiz, “o direito invocado pelo autor é verossímil, e o risco à não recuperação da biosfera é concreto e objetivo, dada a extensão imensurável do prejuízo e a completa ausência de garantia real, por parte da Samarco, que exprimisse a segurança patrimonial necessária a assegurar uma futura recuperação dos danos locais”.

Caso não apresente as apólices, a Samarco terá de pagar multa diária de R\$ 1 milhão. Por força de multas e acordos, a empresa contabiliza mais de R\$ 1 bilhão em prejuízos. Procurada, reitera que cumpre determinações e acordos com a Justiça e Ministério Público.

Agência rebaixa nota da Samarco por risco de calote

SÃO PAULO

A agência de classificação de risco Standard & Poors rebaixou ontem a nota de crédito da Samarco, alegando riscos de calote da companhia após o rompimento das barragens de rejeitos em Mariana.

Os títulos da dívida da mineradora, controlada pela Vale e pela BHP, estão sendo negociados por menos da metade do pico atingido em 2014, em um sinal de que os credores também têm dúvidas com relação ao futuro da empresa após a tragédia.

“A ação de rebaixamento reflete

o aumento nos riscos de liquidez da empresa porque o prazo para retomar sua produção de pelotas atualmente é incerto”, afirmou a S&P, em nota.

A agência teme que a Samarco descumpra, já no ano que vem, compromissos assumidos com credores (chamados de covenants), o que implicaria em resgate antecipado de parte de sua dívida.

Em seu balanço de 2014, a empresa explica que, entre os compromissos, está manter o indicador de dívida líquida e Ebitda em três vezes ou, em alguns casos, 4 vezes. No final de 2014, estava em 2,1 vezes.

Estabilidade a funcionários

BELO HORIZONTE

O Ministério Público do Trabalho (MPT) de Minas Gerais quer a estabilidade de funcionários próprios e terceirizados da Samarco em Mariana pelo período entre 5 de novembro, data do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da empresa no município, e 180 dias depois do retorno da atividade da companhia na cidade.

A licença da Samarco para funcionar em Mariana foi suspensa depois da queda da represa. A resposta sobre a solicitação do MPT

deverá ser dada até sexta-feira. Segundo a presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG), Beatriz Cerqueira, funcionários terceirizados já estariam sendo demitidos na região de Mariana.

De acordo com os procuradores Geraldo Emediato de Souza e José Pedro dos Reis, uma comissão será criada por integrantes do MPT, do Ministério do Trabalho e Emprego e sindicatos para acompanhar a evolução das questões de saúde, segurança e contratos de trabalho na empresa até a retomada das atividades.



BEATRIZ CERQUEIRA disse que funcionários terceirizados já estariam sendo demitidos na região de Mariana

ROMPIMENTO DE BARRAGEM /
RICARDO VESCOVI DIRETOR-PRESIDENTE DA SAMARCO

Presidente diz que não sabe qual o futuro da Samarco

Diretor-presidente da mineradora disse que é cedo para apontar o destino da empresa e que o momento é de cuidar de problemas urgentes

Incerteza é o que marca o futuro da Samarco na visão do diretor-presidente da empresa, Ricardo Vescovi. Em entrevista ao jornal **A Tribuna**, ele afirmou que hoje não é possível apontar o futuro da mineradora, uma vez que todos os esforços estão concentrados em resolver os problemas sociais e ambientais mais urgentes que a lama oriunda do rompimento das barragens está causando em Minas Gerais e no Espírito Santo.

“Acredito que o futuro da Samarco vai ter um período certo de ser falado. Eu sempre digo que para uma empresa existir ela precisa, primeiro, querer existir e, segundo, precisa que a sociedade também a queira. Mas não é o momento de discutir isso”, afirmou.

Como forma de resguardar seu corpo de funcionários e aguardar as próximas decisões da companhia, todos eles vão ficar de licença remunerada por 20 dias, depois, férias coletivas e, após esse período, as medidas vão ser analisadas. “É uma forma de dizer a eles que estamos todos dedicados no atendimento das demandas mais importantes”, disse o diretor-presidente.

A TRIBUNA – A empresa está estudando alguma alternativa para voltar a operar com a usina de Ubu, em Anchieta? Há possibilidade de a Vale apoiar esta retomada de alguma forma?

RICARDO VESCOVI – O apoio da Vale ainda não foi discutido. No momento, estamos focados na assistência humanitária e no meio ambiente. Mas a volta da atividade é importante e é um debate que vai ser feito no futuro.

> O que cidades que dependem mais da atividade da empresa — como Anchieta e Guarapari — podem esperar da Samarco?

Nós temos 38 anos de relaciona-

mento. Essas alternativas vão ser estudadas no tempo certo e essas compensações vão acontecer, sim. O que estou destacando agora é o tempo da empresa de focar na remediação do que está acontecendo com discussões sempre transparentes e multilaterais.

Após isso, vamos discutir toda nossa área de abrangência para ver qual a melhor alternativa para as prefeituras e para a empresa.

> A Samarco contratou empresas ou profissionais para planejar um plano de recuperação? Como está esse processo?

Imaginamos que contar com especialistas do Brasil e de fora que já passaram por experiências dessa magnitude é o melhor caminho para somarmos os esforços necessários para a mitigação do dano ambiental e social. Por isso, a Samarco contratou empresas e profissionais de renome internacional e instituições do Brasil.

“Algumas pessoas dependiam do Rio Doce para viver. Precisamos levantar quem são essas pessoas**”**

> Qual é o prejuízo financeiro da Samarco diante desse cenário? Quanto vai ser necessário para devolver o Rio Doce ao seu estado natural?

“No momento, estamos focados na assistência humanitária e no meio ambiente. Mas a volta da atividade é importante**”**

Ainda estamos em meio ao problema. Precisamos fazer todo o diagnóstico, que começou, mas ainda não terminou, para passarmos números mais precisos.

> Quando essas soluções devem ser apresentadas?

Não tenho como precisar uma data. Posso dizer que já começamos a fazer esse diagnóstico social e ambiental. Nosso foco agora é resolver as questões mais urgentes.

> A Samarco tem algum seguro que cobre esse acidente? De quanto?

Sim, como toda empresa desse porte. Essa é uma outra discussão importante, porque o seguro tem que ser acionado no momento correto e na maneira correta.

> Em quanto tempo vocês estimam que essa lama vai ser totalmente retirada?

O mapeamento em campo é que vai dizer como que vamos fazer para a remediação do impacto. A gente precisa disso, até para identificar o que vai ser feito em cada trecho do Rio Doce. Os impactos são diferentes e cada um deve ser atendido da maneira correta.

> O que a Samarco vai fazer

para honrar os contratos com empresas que já compraram minério?

Nossos clientes estão cientes do que está acontecendo. Eles estão conosco há 38 anos e temos uma relação muito transparente com eles.

Existe uma cláusula no contrato, chamada cláusula de força maior, que diz que quando acontece alguma situação que foge ao controle da empresa, que não aconteceu porque ela quis, esse contrato pode ser suspenso sem nenhum tipo de impacto financeiro.

> O que a Samarco vai fazer para garantir a subsistência das pessoas que dependem do Rio Doce para viver, como pescadores e agricultores?

Nós já estamos fazendo todo o levantamento parcial. Nós temos o maior interesse de que isso aconteça de forma rápida e ágil. A gente entende que algumas pessoas, mais do que outras, dependiam do Rio Doce para viver. Ao entender isso, precisamos levantar quem são essas pessoas para podermos atuar de forma organizada e ordenada o mais ágil.

> Segundo o Jornal Folha de São Paulo, uma auditoria realizada em julho deste ano — contratada pela própria empresa — apontou necessidade de reparo na barragem de Fundão, a primeira a se romper. De acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, que recebeu o documento, entre as recomendações está “reparar trincas e recompor as canaletas que apresentam problemas”. Nenhuma medida foi tomada para conter esse risco?

Todas as inspeções referentes às barragens da Samarco estavam em dia. Todas as condicionantes estavam sendo cumpridas.

É importante dizer que essa barragem era monitorada com o que há de melhor no Brasil e reconhecidamente bem operada por especialistas que sempre apontaram a barragem de Fundão como sendo a barragem modelo...

RICARDO VESCOVI afirmou que os empregados da mineradora vão ter 20 dias de licença remunerada e depois férias coletivas, até as soluções serem pensadas pela companhia. “Para uma empresa existir ela precisa, primeiro, querer existir e, segundo, precisa que a sociedade também a queira”

> Mas ela acabou rompendo...

Pois é... Por isso que a gente tem que discutir as causas. O que aconteceu não foi de modo progressivo. A barragem praticamente rompeu de forma instantânea, como relataram pessoas que estavam no local. A barragem sofreu um rompimento abrupto e isso está desafiando o entendimento de todos que estão tentando entender o que levou isso a acontecer.

> Foram encontrados elementos como mercúrio e arsênio na lama que está no Rio Doce...

Esses elementos não fazem parte do processo de beneficiamento do minério de ferro. Nos nossos laudos isso não estava presente.

“Essa barragem era monitorada com o que há de melhor e reconhecidamente bem operada por especialistas**”**

> Se a Samarco tiver que pagar todas essas multas, ela consegue se manter de pé?

Somos uma empresa sólida e temos muitas parcerias. Acho que com o tempo isso vai ser ordenado e vamos encontrar soluções que permitam a Samarco honrar com os prejuízos, seja ele na dimensão que for.

> Existe algum estudo para que ela seja vendida para grupos terceiros?

Desconheço esse ponto.

OBS.: Por meio da assessoria de imprensa, a Samarco informou que a empresa contratada para elaborar o plano de recuperação é a Golder Associates.

Quanto ao valor das apólices de seguros, informou, por meio de nota, que não poderia comentar “em virtude de confidencialidade”.



UNIDADE DA SAMARCO: atividades da mineradora no Estado estão suspensas e empregados, de licença remunerada